

Senado refuta DASP

TRIBUNA DA IMPRENSA

11/10/64

O Senado Federal que garças a atitude de grandeza de seus integrantes, teve ação preponderante nos momentos que antecederam o movimento revolucionário de março de 1964, também costuma receber críticas, quando justas e procedentes, acolhidas com desprendimento e dose de humildade, mas que, simultaneamente, quando improcedentes e desprovidas de qualquer fundamento, são retrucadas de maneira contundente.

Com efeito, o primeiro-secretário do Senado, sr. Rui Santos, repeliu como "injustas e improcedentes" as acusações que foram feitas ao Legislativo e ao Judiciário pelo diretor-geral do DASP, coronel Darcy Siqueira, segundo as quais as maiores indisciplinas na execução do plano de classificação de cargos ocorreram nesses dois poderes.

Rui Santos, responsável pela política de pessoal do Senado, parlamentar de reconhecida convicção democrática e propósitos honrosos, contou, no seu protesto, com a solidariedade

do senador Daniel Krieger, ex-líder do Governo e atual presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para quem "não pode continuar o Senado deixando de responder acusações injustas que lhe são feitas".

Também o senador Magalhães Pinto louvou a atitude de Rui Santos em responder de pronto às acusações do diretor-geral do DASP, mas entende que o Senado deve interpelá-lo, para saber se são insólitas ou baseadas em fatos. Assinalou Magalhães Pinto que as acusações foram públicas e devem, por isso, ser esclarecidas.

Historiando a implantação do plano no Senado, Rui Santos lembrou que, ao tempo do presidente Filinto Muller, foi nomeada uma comissão de alto nível para proceder aos estudos referentes ao plano e, embora o Senado, pela Constituição, tenha atribuições para dispor sobre seus serviços, achou que esses estudos deveriam ser submetidos à revisão do DASP, pela sua experiência no trato com pessoal. Frisou Rui Santos que ninguém se di-

minui com o diálogo, tanto assim que o DASP aceitou as ponderações da Comissão do Senado de que algumas funções no Legislativo, embora com denominação idêntica à do Executivo, têm atribuições de muito maior responsabilidade, como é o caso dos taquigrafos.

Disse, depois, que, após a revisão do DASP, os projetos foram submetidos ao plenário e aprovados, passando-se, então, ao enquadramento, tudo de acordo com a lei. Reconheceu Rui Santos que pode ter havido alguma imperfeição no enquadramento, "pois o homem não é perfeito". Assegurou, porém, que as poucas injustiças cometidas com servidores estão sendo corrigidas. Afirmou que a maior prova de que tudo está sendo feito de acordo com a lei foi a aceitação pelo Senado, com a discordância de seus funcionários, da redução dos percentuais dos adicionais que eram pagos no Legislativo.

Acentuou, finalmente, Rui Santos

VICENTE LIMONCI NETTO

que não procede a alegação de que tudo foi feito de acordo com o antigo diretor-geral do DASP, sr. Glauco Lessa, nada tendo a ver com isso o atual diretor desse departamento. No seu entendimento, serviço público é continuidade. O Senado, segundo frisou Rui Santos, vem implantando o plano de classificação de cargos dentro da lei e de acordo com o DASP.

Por sua vez, em discurso da tribuna do Senado, Danton Jobim declarou que "o desprestígio do Congresso perante o Executivo" reflete-se no fato de o diretor-geral do DASP, "simples chefe de uma assessoria administrativa da Presidência da República, se arrogar o direito de censurar publicamente a Mesa Diretora de paternalismo".

Afirmou Jobim que o DASP, no caso da classificação de cargos, provando "seu apego ao velho princípio de 'Mateus, primeiro os teus', não tem a menor autoridade para essa impertinente censura ao Senado".